

Acordo da dívida no Senado

GAZETA MERCANTIL

Externa

por Claudia Safatle
de Brasília

29 MAI 1990

Na próxima terça-feira a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal começará a discutir, para posterior aprovação, os termos do acordo para o pagamento dos juros da dívida externa atrasados até dezembro do ano passado. Ontem, o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, entregou o protocolo do acordo ("term-sheet") feito entre o comitê assessor dos bancos credores e o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida, ao presidente do Senado, Mauro Benevides. Este será o primeiro acordo externo a passar pelo crivo do Senado Federal, nos termos da Constituição de 1988.

O ministro considerou a aprovação desse acordo como "o primeiro passo para a normalização das relações com a comunidade financeira internacional", que servirá para atrair novos investimentos estran-



Márcilio Marques
Moreira

geiros no País, conforme relato do editor João Alexandre Lombardo, deste jornal.

Uma vez aprovado pelo Senado, o protocolo volta ao comitê dos bancos, sendo assinado pelo embaixador e pelo comitê, e, dez dias úteis a contar dessa assinatura, o governo brasileiro realizará o primeiro desembolso relativo ao acordo dos atrasados. Cifra que representará 11,25% dos atrasados depositados no Banco Central, de US\$ 750 milhões.

Os pagamentos em dinheiro representarão 25% do total dos atrasados, estimados em US\$ 8 bilhões. A cifra-limite para essa parcela em dinheiro, porém, foi estabelecida em US\$ 2 bilhões, pagos até 13 de dezembro deste ano. O restante dos juros atrasados será trocado por bônus de dez anos, a contar do dia 1º de janeiro passado, com carência de três anos e amortizações semestrais desembolsadas a cada 1º

de janeiro e 15 de julho, até janeiro de 2001).

O protocolo deixa claro, também, que os bônus só serão emitidos depois que o comitê e o governo brasileiro chegarem a um acordo sobre o refinanciamento da dívida de médio e longo prazo. Os bônus serão emitidos na quantia mínima de US\$ 250 mil. Se um determinado banco credor detiver um título de dívida brasileira inferior a essa quantia, o bônus representará esse valor menor. Serão isentos de impostos brasileiros e servirão como moeda no processo de privatização de empresas estatais brasileiras.

No memorando que acompanha o "term-sheet", subscrito pelo ministro da Economia e que será distribuído à comunidade financeira internacional, o governo brasileiro relembra o esforço de estabilização dos planos Collor I e II, as reformas estruturais que vêm sendo condu-

zidas na área da política industrial e de abertura do comércio exterior e a intenção de chegar a um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional "o mais cedo possível". O ministro da Economia deixa claro, ainda, que "buscará obter financiamentos de ajuste estrutural" junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para as reformas nas áreas de comércio exterior e de privatização.

O governo brasileiro se compromete a continuar pagando os juros vencidos neste ano, na proporção de 30% a cada mês, até que se chegue a um acerto sobre a renegociação do estoque da dívida externa, de aproximadamente US\$ 52 bilhões junto a credores privados. Os 70% restantes dos juros vencidos neste ano serão objeto de uma negociação separada do processo de negociação do principal da dívida.

(Ver página 21)